

4ª Conferência Anual da AME – Associação Mutualista dos Engenheiros

"Os contributos da Economia Social e o reforço da coesão Social em Portugal".

No pós-25 de Abril, Portugal assistiu a uma reestruturação das suas políticas de protecção social com a introdução de novos paradigmas de economia social em que o estado, mais interventor, veio reconhecer a complementaridade de 3 sectores de actividade consagrados na Constituição da República Portuguesa – o sector público, o sector privado e o sector cooperativo. Nos anos 80, a criação do Sistema Nacional de Saúde e a publicação da Lei-Quadro da Segurança Social vieram substituir os tradicionais sistemas de previdência e de assistência, perspectivando a possibilidade de integração de Portugal na União Europeia e a sua aproximação ao modelo e mecanismos de governação europeus. Assumida pelas instituições europeias como um elemento fundamental da concretização dos objetivos europeus em matéria de emprego, crescimento sustentável e coesão económica, social e territorial, a economia social tem vindo a ganhar terreno na reflexão produzida no seio da União Europeia, conquistando por essa via um espaço no seu próprio quadro institucional. Na sequência do Ato Único Europeu de 1986 e da construção do mercado interno, a União Europeia começou a olhar para a economia social não só enquanto uma ferramenta essencial para a plena realização de um mercado europeu sem fronteiras, mas também como uma solução para o combate de novos desafios sociais e promoção de um desenvolvimento sustentável.

Esta reflexão é sustentada no conceito de coesão económica e social que é, de acordo com a missão expressa no Tratado Europeu, um dos objetivos fundamentais da União Europeia, sendo a Política de Coesão o instrumento privilegiado para a realização desse objetivo, ao promover o desenvolvimento equilibrado dos 27 Estados-Membros e das 271 Regiões, seja na redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento, seja na coesão social, seja na criação de oportunidades em todo o território da União.

Em Portugal, esta coesão social implicou um esforço deliberado em aproximar a sua economia à dos outros estados-membro, modernizando os seus mecanismos de produção, reduzindo a dependência face ao mercado externo, qualificando a sua população, melhorando as infra-estruturas de transportes e comunicação. No plano da saúde, este processo de modernização e aproximação ao referente europeu leva, entre outras medidas à adopção de uma política nacional do medicamento, que tem um dos seus expoentes máximos na aprovação, em 1990, do primeiro diploma legal para regular a produção, autorização de introdução no mercado, distribuição, preço e comparticipação de medicamentos genéricos em Portugal.

Esta política nacional do medicamento procurou, deste modo, introduzir em Portugal e à luz da coesão social europeia, um processo de progressiva democratização do acesso aos medicamentos, procurando simultaneamente promover a utilização informada e segura dos medicamentos junto dos doentes e consumidores e, finalmente, a sustentabilidade do sistema e o incentivo ao desenvolvimento farmacêutico.

A Estratégia de Lisboa veio consolidar a importância da coesão social, refundando muitos dos princípios que estão na génese da União Europeia, como o desenvolvimento económico e sustentável a longo prazo, preservando e promovendo a matriz social e humanista da Europa, apostando de forma clara no conhecimento, na inovação criativa e no desenvolvimento de uma cultura de cidadania activa, de empreendedorismo e de responsabilidade social.

O Conselho Europeu de Lisboa marcou o objectivo estratégico de converter a economia da União Europeia «na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico duradouro acompanhado por uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e uma maior coesão social». A realização deste objectivo requer uma estratégia global que implica preparar a transição para uma sociedade e uma economia fundadas sobre o conhecimento reforçando a competitividade e inovação; a modernização do modelo social europeu investindo em recursos humanos e lutando contra a exclusão social; e a procura do crescimento económico progressivo adoptando medidas que simultaneamente promovam o emprego.

As pequenas e médias empresas que operam na área do conhecimento, como é o caso da Bluepharma, são as que, à luz desta estratégia apresentam maior potencial transformador, dado que respondem ao desafio europeu de colmatar o fosso entre investigação e mercado, gerando emprego. Importa mencionar que as pequenas e médias empresas constituem a espinha dorsal da economia europeia, representando cerca de 99 % de todas as empresas europeias e fornecendo dois de cada três postos de trabalho do setor privado.

Em termos globais, a reforma da política de coesão da EU, consubstanciada no orçamento europeu aprovado e em implementação até 2020, irá disponibilizar até 351,8 mil milhões de euros para o investimento nas regiões, com especial ênfase no apoio às pequenas e médias empresas em que o objetivo é duplicar o apoio de 70 para 140 mil milhões de euros durante este período de 7 anos. O impacto potencial para Portugal, nomeadamente para as PME de base inovadora poderá impulsionar a investigação nas áreas das novas tecnologias, energia e saúde, descritas como essenciais ao crescimento económico.

É assim de primordial importância saber interpretar os sinais, perceber as necessidades da sociedade e pôr mãos à obra.

A título ilustrativo, a Bluepharma, mercê das competências excelentes dos seus atores, das infraestruturas existentes e do conhecimento gerado pelas universidades, foi possível alavancar um projeto que hoje exporta medicamentos para mais de 40 países e emprega mais de 400 pessoas, sendo 250 com o grau mínimo de licenciatura.

Deste modo, através da aposta nos medicamentos genéricos poupa-se dinheiro ao erário público e aos doentes, cria-se emprego e equipas, promove-se a inovação e aumentam-se as exportações, criando o círculo virtuoso do crescimento, base da coesão social.